

## Uma Investigação Sobre a Adoção de Sistemas de *Software* Inclusivos Nas Escolas do Nordeste Goiano

Cristiane Xavier<sup>1</sup>, Cíntia Souza<sup>1</sup>, José Júnior<sup>1</sup>,  
Roberto Oliveira<sup>1</sup>, Eduardo Fernandes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Goiás – *Câmpus* Posse - GO – Brasil

<sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio – Brasil

{chris168bx, eduardomorfernanandes}@gmail.com

{cintia.souza, jose.junior, roberto.olivera}@ueg.br

Tecnologias de informação têm provocado grandes mudanças em diversas áreas do conhecimento humano [Stahl, 1997]. Logo, a sociedade vivencia profundos avanços tecnológicos que colaboram na ocorrência de mudanças sociais, políticas e educacionais [Nicodemos, 2010]. De fato, computadores com acesso à *internet*, *tablets* e sistemas de *software* educacionais (sistemas que facilitam ensino e aprendizado) podem ser adotados pelas escolas para apoiar a prática educacional [Pontes *et al.*, 2012].

Diversos estudos reportam como recursos tecnológicos contribuem positivamente na aquisição de informação durante a prática educacional [Mercado, 1999; Almeida, 2007; Pontes *et al.*, 2012]. De fato, a adoção desses recursos permite inovar os processos de aprendizagem e resolver limitações do processo de educação tradicional [Mercado, 1999]. Por exemplo, sem o apoio tecnológico, os alunos podem se dispersar e se desmotivar no aprendizado [Knüppe, 2006]. Isso se torna evidente, pois a educação tradicional tende a priorizar alunos que não possuem nenhum tipo de deficiência. Pessoas com deficiência apresentam significativas diferenças físicas ou intelectuais, que dificultam sua interação social [Chateau *et al.*, 2012].

No Brasil, a Lei n. 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assegura as pessoas com deficiência o direito à educação inclusiva [Brasil, 2015]. Logo, sistemas de *software* inclusivos podem ser úteis para apoiar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência [Poli, 2013]. Um sistema de *software* inclusivo é concebido para prover oportunidades de aprendizagem diversificadas e adaptadas às necessidades de qualquer aluno, inclusive os alunos com deficiência [Correia, 2009].

No Estado de Goiás, iniciou-se uma política inclusiva de educação em 1999, via Programa Estadual de Educação para Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (PEEDI), para capacitar professores sobre a educação inclusiva sem exclusão de alunos [Gomes, 2005]. Porém, as políticas públicas recém-adotadas são limitadas. Por exemplo, na VII Sistemática, Semana Acadêmica de Sistemas de Informação da UEG/Câmpus Posse, foram apresentados sistemas de *software* inclusivos. Nessa ocasião, observamos um desconhecimento e também um sentimento de surpresa dos visitantes do evento (professores e demais cidadãos) em relação aos sistemas de *software* inclusivos por nós apresentados nesse evento. Isso sugere a necessidade de analisar profundamente a adoção e a aplicabilidade de sistemas de *software* inclusivos no nordeste goiano, na educação de alunos com deficiência, especialmente a deficiência visual.

Nesse sentido, este trabalho endereça as limitações acima objetivando investigar a adoção de recursos tecnológicos no ensino e na aprendizagem de alunos com deficiência, com foco na adoção de sistemas de *software* inclusivos nas escolas de ensino regular do nordeste de Goiás. Para alcançar esse objetivo, as seguintes atividades serão realizadas: (1) Estudos teóricos visando identificar os principais sistemas de *software* inclusivos na educação; (2) Entrevistas com educadores do nordeste goiano para identificar desafios na adoção e aplicação desses sistemas; (3) Estudos práticos para observar a adoção desses sistemas em diferentes escolas; e (4) Estudos práticos para observar a adoção dos sistemas identificados em (1). Logo, este trabalho visa compreender os diferentes cenários de adoção e aplicabilidade de sistemas de *software* inclusivos na educação de alunos com deficiência.

## Referências

- Almeida, M. (2017). “Tecnologias digitais na educação: o futuro é hoje.” In: Encontro de Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação, São Paulo, Brasil, p. 1-17.
- Brasil. “Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em 16/07/2017.
- Chateau, L. F. A.; Fiquene, G. M. C.; Baptista, P. F. S.; Saeta, B. R. P. (2012). “A Associação da Expressão Necessidades Especiais ao Conceito de Deficiência.” In: Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.1, p. 65-71.

- Correia, S. (2009). “Tecnologias para a inclusão da pessoa com habilidades diferentes.” In: Gome, M. (Org.), Construindo as Trilhas para a Inclusão. Petrópolis: Editora Vozes, p. 255-286. (Leitura 15).
- Gomes, D. B. (2005). “Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva no Estado de Goiás – PEEDI.” In: Ensaios Pedagógicos: construindo escolas inclusivas. 1ª ed. Brasília: MEC, SEESP, p. 66-70.
- Knüppe, L. (2006). “Motivação e Desmotivação: Desafio Para as Professoras do Ensino Fundamental.” In: Educar em Revista, n.27, pp.277-290.
- Mercado, L. P. L. (1999). “Formação continuada de professores e novas tecnologias.” Maceió: EDUFAL.
- Nicodemos, R. B. (2010). “Mudanças Sociais Ocasionadas pelas Novas Tecnologias da Informação.” Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/mudancas-sociais-ocasionadas-pelas-novas-tecnologias-da-informacao/9678>>. Acesso em: 16 set. 2017.
- Poli, A. (2013). “A Educação Especial na Educação Inclusiva.” Revista do Projeto Pedagógico.
- Pontes, A. E.; Pontes, S. G. R. e Santos, M. J. (2012). “O uso do Computador Como Ferramenta de Mediação Pedagógica no Sistema Municipal de Educação – Goiatuba – Goiás” In. The 4th International Congress on University-Industry Cooperation – Taubate, SP – Brazil – December 5th through 7th, p. 1-11.
- Stahl, M. M. (1997). “A Sociedade do Conhecimento e as Reformas Educacionais.” Magistério: Construção Cotidiana. Petrópolis, Vozes.